

O caminho incerto das Luzes francesas: o abade De Pradt e a Independência brasileira¹.

The uncertain route of French Enlightenment: abbey De Pradt and the Brazilian Independence.

DOI

<http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320161306>

Marco Morel

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.
marmorel@terra.com.br

Resumo

o objetivo deste artigo é analisar a presença das obras do abade De Pradt nos espaços públicos da política do Brasil durante o processo de independência deste país. Ao mesmo tempo, discute-se algumas das ideias principais desse importante publicista francês.

Abstract

The aim of this article is to analyze the Works of De Pradt among the public spaces of political discussion in Brazil during its Independence process. At the same time, it presents some of the most important ideas of this important french author.

1

Texto extraído e desenvolvido a partir de MOREL, Marco. "Independência no papel: a imprensa periódica". JANCÓS, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. Devo a indicação da importância da obra de De Pradt quanto à Independência brasileira a meu orientador de Doutorado, François-Xavier Guerra (em memória). Agradeço também aos professores István Jancsó (em memória), João Paulo Pimenta e José Murilo de Carvalho pelos comentários críticos no âmbito de discussões dos grupos de pesquisa "Brasil: fundação do Estado e da Nação" (FAPESP \ USP) e "Dimensões da Cidadania" (CEO \ PRONEX).

Palavras-chave

De Pradt; Independência do Brasil; Revoluções; Iluminismo.

Keywords

De Pradt ; Independence of Brazil; Revolutions; Enlightenment.

2

PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. *Les Trois Ages des Colonies ou de leur état passé, présent et à venir*. T.3, Paris: Giguet, 1801 – 1802. p. 316 – 317, 1802. Disponível em : <<http://gallica.bnf.fr/>>. Acesso em : 14 set. 2015.

3

PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Braziliense*, São Paulo, 2010. v. 11, p. 88-99. Disponível em: <www.revistas.usp.br/alb/article/download/11740/13516>. Acesso em: 14 set. 2015.

4

SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16092010-121133/pt-br.php>>. Acesso em: 14 set. 2015.

5

A palavra usada por Armitage no original inglês, *policy*, pode ser mais adequadamente traduzida por "política".

6

ARMITAGE, John. *História do Brasil*. 3ª ed. Org. de Eugênio Egas e Garcia Jr. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965 [1836]. Capítulo IV, p. 63. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>> Acesso em: 14 set. 2015.

7

RADT, Georges-François-Dominique Dufour de. *L'Europe et l'Amérique en 1822 et 1823*. Paris: Bechet, 1824. 2t. Disponível em : <<http://gallica.bnf.fr/>>. Acesso em 14 set. 2015.

Les colonies tendent vers l'indépendance, avec la même vitesse que les corps en chute tendent vers la terre: encore un moment et la révolution les enlève à l'Europe, pour les livrer à toutes les horreurs dont elle a été le théâtre.²

O abade e barão Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prolhiac Dufour De Pradt (1759 – 1837) foi um dos principais (senão o principal) precursores da Independência brasileira no campo das ideias, quase premonitórias para a consciência da época. Seus livros e folhetos, também traduzidos e difundidos parcialmente em jornais, eram indispensáveis nas bibliotecas dos homens de letras e da política das três primeiras décadas do Oitocentos no Brasil. Entretanto, é sugestivo notar que seu *prognóstico*³ não teve, em geral, aceitação nas mesmas décadas que antecederam a Independência. Tais obras seriam contestadas, no período anterior à separação de Portugal, por Hipólito da Costa e, já na fase nacional, por José da Silva Lisboa (visconde de Cairú), como se verá adiante. E, no Brasil pós-independente, não teriam expressiva presença póstuma na memória nacional e na historiografia. Porém, durante o processo de Independência no Brasil, especificamente em 1821 e 1822⁴, a circulação das concepções deste abade foi marcante e recebida positivamente, constituindo-se numa vigorosa teoria da independência, importante referência intelectual de legitimação da soberania da nação que se autoproclamava.

Relato sugestivo veio de John Armitage em sua *História do Brasil*. Testemunha ocular e fino analista dos episódios e personagens no Rio de Janeiro entre 1808 e 1831, o comerciante e escritor inglês reafirmou que, após o decreto de liberdade de imprensa assinado em 2 de março de 1821 por D. João VI, houve proliferação inédita de impressos em terras brasileiras, sobretudo na capital: "Felizmente, para o progresso do bem público, os escritos do Abade de Pradt sobre a polícia⁵ colonial, paravam nas mãos dos principais condutores da opinião pública na Cidade do Rio de Janeiro."⁶

Armitage observou, ainda na mesma obra, diferença sutil, mas importante, pois as "palavras proféticas" do autor francês "eram repetidas com ardente entusiasmo por todos os partidistas da independência, nas suas conversações, nos seus escritos e nas suas sociedades maçônicas." Enquanto que "iguais princípios, ainda que cautamente enunciados, por vezes apareciam nos novos jornais". "Foi ele o primeiro", insistia Armitage em relação a De Pradt, quem enunciou a separação do Brasil de Portugal.

Vemos, assim, a figura do abade De Pradt surgir destacada no âmbito do processo de independência no Brasil. Porém, com menos ênfase nos periódicos impressos (sobre os quais o controle governamental era maior, mais factível) e de modo mais "ardente" na transmissão oral, nos encontros pessoais e públicos, nas associações mais ou menos secretas, nos papéis manuscritos ou em impressos avulsos. Armitage, representante da casa de comércio britânica Philips, Wood & C^a, não era propriamente um francófilo, não teria interesse em realçar a importância do abade francês – cujas obras na Europa, como destaca o próprio historiador, "haviam caído em desconhecimento".

O desprestígio das ideias do abade na Europa e sua simultânea valorização nas colônias ibéricas que se tornavam independentes consistem aspecto significativo. Nos catálogos da Livraria Plancher no Rio de Janeiro, 1827, por exemplo, encontravam-se à venda dois títulos escritos pelo abade De Pradt: *La France, l'émigration et les colons* e *L'Europe et l'Amérique en 1822 et 1823*, ambos de 1824⁷. Este, vendido a 6 mil réis, trazia notícia

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos. *Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial do Rio de Janeiro (1820 - 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005 (a). Capítulo I.

ELORRIAGA, M. Aguirre. *El Abate de Pradt en la emancipacion hispanoamericana*, (1800-1830). Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, Instituto de Investigaciones Históricas, 1983.

RODRIGUES, José H. *Independência: Revolução e Contra-Revolução, Evolução Política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. Vol. 1.

Ibidem, p. 5.

MOREL, Marco. Palavras além das letras. Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v.25, p. 63 - 80, 2010. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/41/41>> Acesso em: 14 set. 2015; PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt... Op. Cit.; SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro... Op. Cit.*

Cf. verbete "Abbé" da *ENCYCLOPÉDIE ou Dictionnaire Raisoné des Sciences, des Arts et des Métiers [1751-1772]*. Ed. integral. Marsanne: Édition Redom, s. d. CD-ROM.

Cf. verbete "Abbé" da *ENCYCLOPÉDIE ou Dictionnaire Raisoné des Sciences, des Arts et des Métiers [1751-1772]*. Ed. integral. Marsanne: Édition Redom, s. d. CD-ROM.

dos últimos acontecimentos das transformações nos dois continentes, com destaque para a proclamação da Independência do Brasil. O estabelecimento comercial de Plancher foi a principal livraria francesa e tipografia nos anos imediatos à Independência, na capital do Império americano⁸.

Na América espanhola, o abade De Pradt é incluído nas memórias pátrias como um dos "precursores"⁹. Na historiografia brasileira quem primeiro lhe fez referências, salvo engano, foi José H. Rodrigues¹⁰, percebendo-o como um autor citado frequentemente nas fontes documentais e atribuindo-lhe "a maior influência ideológica" na Independência¹¹, sem, no entanto, fundamentar esta afirmação nem compreender o sentido da obra em questão. Em princípios do século XXI alguns historiadores se debruçam sobre o papel dos postulados do abade De Pradt nos espaços de discussão pública (sobretudo impressos) no momento de passagem da América portuguesa para o império brasileiro¹².

Os abades na Era das Revoluções

O que era, afinal, um abade? Tal título (*abbé*) era diversificado na França em fins do século XVIII. Originalmente dado aos chefes das abadias (ou mosteiros) de ordens religiosas, seu significado e função se ampliaram com o tempo. Havia vários tipos de abades, inclusive membros do clero secular: os chefes de determinada paróquia com os respectivos cônegos e padres, aqueles que encabeçavam uma paróquia que havia sido bispado, alguns cardeais, os abades regulares, os abades comanditários, os que eram nomeados pelo rei, entre outros. De modo geral, a figura do abade se destacava da maioria do clero, seja pela atividade intelectual ou pela projeção política, constituindo como que figura de peso intermediário entre padres e bispos¹³. Os abades mais presentes na cena pública, portanto, não eram em geral chefes de ordens religiosas ou de mosteiros, mas se incluíam nas diferentes classificações que tal título adquiriu na vida eclesiástica, política e intelectual.

O escritor francês Cousin d'Avalon, autor em 1820 de um livro sobre o abade de Pradt, assim se exprimiu [tradução livre]¹⁴:

Nós temos mais de cem abades que, em vez de rezar missa, celebrar as vésperas e instruir os fiéis, acham muito mais lucrativo e divertido dissertar a torto e a direito sobre os interesses dos príncipes e dos povos. Esses Senhores se auto erigiram em pequenos Grotius modernos e, do fundo de seus gabinetes, ditam lições ao universo. Eles conhecem tudo, sabem tudo, eles não ignoram nada, exceto de tudo que se relaciona com seus deveres.

E, numa tacada mais direta, acrescenta: "Entre estes abades, distingue-se o Senhor abade de Pradt".

O livro *Pradtiana ou Recueil des pensées, réflexions et opinions politiques de M. L'Abbé de Pradt*, de Cousin d'Avalon, é, na verdade, uma obra de caráter jocoso, com objetivo explícito de atacar e desacreditar o personagem, com ênfase em anedotas e intrigas de bastidores, chamando atenção para o que considera como perfil camaleônico do abade De Pradt nos diferentes contextos em que atuou. Este não era, entretanto, o caráter geral da coleção D'ANA, editada, aliás, por Pierre Plancher em Paris, antes de sua vinda ao Brasil. Foram pequenos volumes de formato *In 12º* com objetivo de apresentar extrato e resumo da vida e obra de autores contemporâneos. Chegaram a sair do prelo: Staelliana, Chateaubriantiana, Fontanesiana, Gré-

goiriana, entre outros. De qualquer modo, o conteúdo deste livro sobre o abade de Pradt não se detém sobre a chamada questão colonial e reforça a observação de John Armitage sobre o descrédito do personagem em seu próprio continente.

Uma teoria da independência

O abade De Pradt foi escritor prolixo e polêmico, voltado para temas centrais daquela época de revoluções, mudanças e permanências. Era autor de referência nas discussões sobre constitucionalismo, sobre a política francesa, relações internacionais europeias e, também, do papel da Igreja católica naqueles tempos de crise. Mas o tema que interessa destacar aqui é o das relações entre Américas e Europa, expressas na questão: dominação colonial \ independência. E, mais especificamente, o enfoque será sobre a Independência do Brasil a partir da perspectiva deste autor.

Pode-se dividir a obra de De Pradt, neste recorte sobre as independências, em três tópicos:

- a publicação inicial, espécie de matriz teórica, intitulada *Les trois âges des colonies...*, publicada em 1801-1802, que começou a ser redigida em 1787¹⁵.

- a obra intermediária, revisitando e reafirmando algumas de suas hipóteses iniciais: *Des Colonies...*, de 1817¹⁶.

- a quantidade expressiva de obras de circunstância, folhetos ou pequenos livros, alguns com reimpressões sucessivas, nas quais o autor fazia modificações pontuais, cujo objetivo era realizar acompanhamento conjuntural das transformações e episódios, bem como verificar em que medida seus prognósticos se confirmavam.

Com sua teoria das "três idades das colônias", o abade de Pradt, ao concluir pela inevitabilidade da separação entre colônias e metrópoles, pregava uma solução acordada. Ou seja, a emancipação deveria ser preparada em comum acordo entre os reinos europeus e seus territórios de outros continentes, proposição estampada no livro matriz e mais claramente desenvolvida na publicação que chamamos de intermediária. Utilizando-se de metáfora biológica para entender relações históricas, o autor, numa perspectiva determinista e evolutiva, afirmava que as colônias, num processo de desenvolvimento semelhante ao dos seres humanos, teriam seu nascimento vinculado às mães-pátrias, em seguida começariam a amadurecer e, naturalmente, separar-se-iam dos pais: deveriam, portanto, obter autonomia de forma negociada. Em outros termos: até aquele momento (1802) havia ocorrido a Independência dos Estados Unidos (república federalista e escravista), a Revolução Francesa com a valorização da soberania nacional e seu exemplo potencialmente propagador - e, ainda, a ordem colonial desagregava-se de modo violento na colônia francesa de São Domingos, interligando-se com o tema da escravidão. A questão levantada pelo autor era sobre a possibilidade de prever e encaminhar, por vias diversas, outros modelos de independências, já que estas lhe pareciam inevitáveis.

O exemplo, ou melhor, o contraexemplo dos escravos de São Domingos era uma obsessão nos escritos de Pradt.

Em seus livros posteriores, o abade de Pradt (que chegou a ser arcebispo de Malines, deputado na Assembleia Nacional e capelão de Napoleão Bonaparte) buscava atualizar historicamente o desenrolar das independências americanas, acompanhando o desenvolvimento de suas projeções. Tra-

15

D'AVALLON, Cousin. *Pradtiana ou Recueil des pensées, réflexions et opinions politiques de M. L'Abbé de Pradt*. Paris : Pierre Plancher, 1820. Disponível em : <<http://gallica.bnf.fr/>> Acesso em: 14 set. 2015.

16

Idem.

17

VOLNEY, Constantin-François Chassebeuf de. *Les Ruines ou Méditation sur les Révolutions des Empires / La Loi Naturelle*. Paris: Desenne, 1791. Disponível em : <<http://gallica.bnf.fr/>>. Acesso em: 14 set. 2015.

18

PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. *Les Trois Ages...*, Op. Cit, t.3, p. 294, 295 e 419.

19

Estes trechos (e os seguintes) foram livremente traduzidos por mim do original em francês.

20

PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. *Des Colonies...* Op. Cit. t.1, p. 259-260.

21

PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. Op.cit.

tava, claro, da chamada questão colonial que só começou a ser elaborada (e considerada "questão") após a Independência da América do Norte. É a partir deste contexto que o significado da expressão "colônia" passou a ser visto como antagônico ao de "metrópole" e, nesta mutação, a obra de De Pradt teve papel importante. O publicista francês usava a expressão "sistema colonial" para explicar o conjunto da situação, afirmando, a partir de dados empíricos por ele coletados, que os impérios estavam ruindo (expressão consagrada por Volney desde 1791) e seria preciso repensá-los, ou reformulá-los profundamente, para evitar perda de vidas e prejuízos econômicos e políticos de ambos os lados, chegando mesmo a propor em 1817 a instalação de um Congresso Colonial que servisse como fórum de interlocução para as independências negociadas¹⁷. Ou seja, fazer transformações para evitar revoluções.

Já na sua obra de 1801-1802, Pradt acenava claramente com a possibilidade de Independência do Brasil, baseado em dados econômicos (a riqueza e o comércio) quantificados, bem como geográficos, culturais e políticos. O barão e abade considerava o Brasil como "un très grand pays", elogiava a perspectiva do marquês de Pombal em projetar a transferência da sede da Coroa portuguesa para o domínio americano e concluía:

Si jamais il lui prend envie de divorcer avec le Portugal, comment celui-ci forcera-t-il l'infidèle à rentrer dans le devoir, et le transfuge à revenir à lui? [...] Qu'on l'affranchisse d'une métropole qui l'entrave de son ignorante inertie, qu'on l'abandonne à un gouvernement fait pour lui e travaillant uniquement pour lui, et dans peu le Brésil montrera au monde un de ses plus beaux empires!¹⁸

Ou seja, para este autor, o Brasil (nomeado como um Império, seis anos antes da vinda da Corte portuguesa com d. João VI) já reunia as condições, digamos, materiais para a separação de Portugal.

Havia também a relação entre o fim da dominação colonial e o término da escravidão, colocada por De Pradt como um postulado teórico, portanto de caráter geral para as Américas, podendo tal ligação, entretanto, variar na dinâmica de cada caso. De Pradt apontava um caráter quase natural à escravidão, como no trecho a seguir, escrito treze anos depois da Independência do Haiti¹⁹:

O trabalho dos Negros é, pois, indispensável às colônias, ele é o ser necessário destas paragens. Desde que havia colônias, foi preciso escolher entre duas coisas, os Negros ou seu abandono. Não se pode imaginar São Domingos sem Negros, do mesmo modo que Beance ou Brie sem carroças.²⁰

Colocava, deste modo, uma visão *coisificada* da escravidão e do escravo, comparado aos tradicionais e habituais utensílios de trabalho, além de justificar sua existência pela prosperidade econômica das colônias. Por outro lado, é instigante perceber como essa visão "naturalizada" tinha, para o mesmo autor, outros desdobramentos, que justamente contrariavam os interesses mais conservadores dos proprietários e traficantes de escravos daquele momento:

A libertação existe, pois, em germe na escravidão, como a independência na colonização. Reúnam escravos em número infinitamente superior a seus senhores e vocês os terão livres; do mesmo modo, fazendo grandes colônias, vocês as fazem independentes.²¹

Ou seja, haveria uma superação natural, gerada pela evolução irreversível do processo histórico e embasada num certo determinismo demográfico e social, compreendendo assim a escravidão e a dominação colonial como intrinsecamente ligadas e, ao mesmo tempo, portadoras de suas próprias contradições: na medida em que se desenvolviam e se ampliavam, geravam sua própria destruição. Tal postulação dialética e de tipo evolutiva apresentada por De Pradt seria retomada e redirecionada pelo pensamento marxista nos séculos XIX e XX, como é sabido. E a ligação com poucas mediações entre fim do escravismo e do domínio colonial coloca-se como consequência teórica do impacto causado pela Revolução do Haiti - e neste ponto a teoria elaborada por De Pradt não foi bem sucedida.

Nos argumentos de De Pradt, portanto, a independência não era uma questão política, mas "natural", e que devia ser encaminhada politicamente. Enquanto o fim da escravidão, embora também determinado socialmente, era defendido como argumento político e, não, como fator equivalente a um processo biológico. Embora se tratasse de uma metáfora, pois, como próprio De Pradt explicou, as "idades das colônias" estavam ligadas à correlação de forças, não ao tempo²². Do mesmo modo, pode-se colocar nuances na retórica de De Pradt que "coisificava" o escravo, pois, na medida em que ele insistia no temor das insurreições dos cativos, implicitamente admitia os escravos como protagonistas históricos.

De Pradt parecia crer que no Brasil (ou em alguma parte dele) haveria condições mais propícias para o possível surgimento de um "novo Haiti": reforçando a visão providencialista e progressista (no sentido de um progresso inelutável) do fim simultâneo da dominação colonial e da escravidão nas Américas. Havia de específico no Brasil, porém, a extensão territorial difícil de ser inteiramente controlada, a riqueza produzida durante a colonização e o grande número de escravos. Eram temas tratados em livros que circulavam pelo mundo letrado americano e europeu desde meados do século XVIII.

O pensamento do abade De Pradt relaciona-se, de modo evidente, com o de autores da época que partilhavam o mesmo elenco de problemas, como outros dois abades franceses seus contemporâneos: Raynal²³ e Grégoire. Entretanto, não está no âmbito deste artigo uma comparação crítica entre as formulações destes autores²⁴.

- O repúdio à teoria da independência por Hipólito da Costa

Estas ideias do abade De Pradt, que hoje podemos chamar de precursoras, não foram bem assimiladas por expressivos nomes das elites luso-brasileiras nos anos anteriores a 1822, ao contrário de um sedutor lugar-comum que poderia ser facilmente formulado neste sentido, atribuindo, por exemplo, uma influência do escritor francês sobre personagens brasileiros. Ou, em outros termos, a chamada *influências das novas ideias* francesas sobre as independências nas Américas. Jornais como *Correio Braziliense*, *Gazeta do Rio de Janeiro* e *A Malagueta* repudiaram publicamente os postulados do clérigo francês, enquanto outros, como *Reverbero Constitucional Fluminense*, mostraram-se inicialmente ambíguos.

É sabido que os periódicos do início do século XIX funcionavam também como espaço de difusão de livros, cujos preços eram menos acessíveis: havia tradução de frases, trechos e capítulos de obras. Estabelecia-se, pois, relação próxima dos livros com jornais periódicos, apesar das evidentes diferenças entre eles. Os periódicos e pequenos impressos avulsos, também vendidos nas livrarias, custavam em geral entre 40 e 80 réis o exemplar, de acordo com o número de páginas, o que os tornava mais acessíveis que os livros. Isto

22

Idem. *Les Trois Ages...*, Op. Cit., t.3, p.268.

23

RAYNAL, T. Guillaume. *O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil*, Rio de Janeiro/Brasília, Arquivo Nacional/UNB, 1998. Tradução da Parte IX da obra original.

24

O Livro IX da *Histoire philosophique et politique...* de Raynal trata da América portuguesa. Sobre o abade Grégoire, v. SEPINEWALL, Alyssa G. *L'abbé Grégoire et la Révolution Française. Les origines de l'universalisme moderne*. Bécherel: Les Perséides, 2008; e BÉNOT, Yves e DORIGNY, Marcel (dir.). *Grégoire et la cause des Noirs (1789 - 1831) combats et projets*. Saint Denis \ Paris: Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, 2000. Sobre a relação entre Grégoire e o Brasil, v. MOREL, Marco. *O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX. Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 2, p. 76-90, nov. 2005 (c). Disponível em: <www.revistas.usp.br/alb/article/viewFile/11620/13389> Acesso em: 21 set. 2015.

25

COSTA, Hipólito da. *Correio Braziliense ou Armazém Litterario*. Londres: L. Thompson, 1808 - 1822, edição fac-similar em 31 volumes, org. Alberto Dines, Brasília /São Paulo: Correio Braziliense / Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>> e <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 21 set. 2015. Daqui por diante: [CB, vol. data e página]. Acesso em : 14 set. 2015.

26

PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. *Des trois derniers mois de l'Amérique méridionale et du Brésil...*, Op. Cit. Livro que teve segunda edição com alterações: Idem. *Les six derniers mois de l'Amérique et du Brésil faisant suite aux ouvrages du même auteur sur les colonies*. Paris: F. Béchét; [etc., etc.], 1818. Disponível em : <<http://gallica.bnf.fr/>>. Acesso em : 14 set. 2015.

27

CB, XIX, julho - dezembro 1817, p. 270-287. Nas citações a seguir mantenho a tradução publicada por Hipólito da Costa.

é, um exemplar de jornal custava o equivalente a cerca de um centésimo do preço de um livro do abade De Pradt, por exemplo. E este autor era bastante citado pela primeira geração da imprensa brasileira.

Parece-nos instigante tratar aqui como estudo de caso, no âmbito dos debates sobre projetos e rumos do império português após 1808, a crítica detalhada que o redator do *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa, fez às ideias e análises do abade De Pradt, em 1817²⁵. Estava em questão a possível Independência do Brasil e é interessante assinalarmos que os termos desta polêmica serão retomados pela historiografia para a definição cronológica e política da caracterização da Independência do Brasil.

A tomada de posição do *Correio Braziliense* ocorreu a partir da publicação do livro sobre os recentes acontecimentos na América do Sul²⁶. Retomando suas ideias básicas já expressas em livros anteriores, o abade e barão buscava aplicá-las àquela análise conjuntural. Hipólito transcreveu, em português, longos extratos desta obra (no que viria a ser a primeira e, até hoje, uma das poucas traduções em português de textos do abade De Pradt) para, em seguida, discuti-los²⁷.

A primeira proposição do abade De Pradt referia-se à transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Destacamos o seguinte trecho:

Formaram-se imediatamente duas novas combinaçoens entre Portugal, reduzido agora a colônia, e o Brazil vindo a ser metropole; entre o Brazil aspirando a conservar o Rey, e Portugal de sua parte aspirando a recuperá-lo: entre o Brazil vivificado e enriquecido pela presença do Soberano e Portugal humilhado e empobrecido pela sua auzencia, e affligido pela distancia.

A colocação, clara e direta, destacava a alteração de posições entre estas duas partes do território português, a ibérica e a americana, após 1808. Hipólito da Costa considera tais formulações como "idéas erradas e fructos de sua [do autor francês] imaginação". E o redator do *Correio* contra-argumentava:

A differença, logo, que se deve notar nas relaçãoes entre o Brazil e Portugal, não provém do lugar em que reside a Côrte, mas das relaçãoes comerciaes entre os dous paizes, as quaes foram alteradas, mas em consequência de haverem os Francezes ocupado Portugal, o que fez ser de absoluta necessidade a abertura dos portos do Brazil ao commercio dos Estrangeiros.

Ou seja, para este redator, a inferioridade de Portugal passou a existir não em decorrência da transferência da Corte e da administração portuguesa para o Rio de Janeiro, mas sim devido ao novo padrão de relacionamento comercial com a Inglaterra, definido pelo Tratado de 1810. E desenvolveu o argumento afirmando que, se a Corte portuguesa tivesse se mudado para Coimbra, Porto, Madeira ou Açores, nem por isso se poderia dizer que Portugal seria colônia de tais cidades. Hipólito especificava o que entendia por cidade, reino e nação que, em sua visão, compunham uma hierarquia: a cidade pertencia ao Reino e, este, integrava a nação. Lisboa ao Reino de Portugal, Rio de Janeiro ao Reino do Brasil e, ambos, à nação portuguesa e sua monarquia. Isto é, enquanto o redator luso-brasileiro defendia o sistema político vigente, apontando a necessidade de reformas, o abade francês apontava a falência do que considerava como sistema colonial. Ambos, de qualquer modo, reconheciam a crise, mas com soluções diferentes para ela.

O abade De Pradt, em outro trecho, levava mais longe a aplicação de

Para situar este projeto luso-brasileiro: LYRA, Maria de Lourdes V. *A utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798 - 1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; SILVA DIAS, J. S. da. *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2a. ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. V. 1. Cap. 9; MAXWELL, K. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; entre outros.

sua teoria da independência, "El Rey não póde conservar seu domínio em Portugal, e no Brazil; e que deve escolher ou ser Rey de Portugal, e abandonar o Brazil; ou ser Rey do Brazil e abandonar Portugal". Em outras palavras, para o pensador francês, o processo de Independência do Brasil começara em 1808. O redator do *Correio Braziliense* voltava à carga, afirmando que o autor "leva esta doutrina tam longe", mas que se tratava de "outra falsa proposição", atribuindo-a ao orgulho e preconceitos europeus contra a América, pois, segundo o mesmo redator, não haveria inconveniente de uma monarquia europeia ter sua sede em território americano – o que definiria a hierarquia entre as partes seriam os acordos comerciais e as prerrogativas políticas. Linha argumentativa idêntica à defendida por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, desde fins do século XVIII: a americanização de Portugal, que historiadores chamariam de projeto luso-brasileiro²⁸.

A saída deste impasse, para De Pradt, seria que d. João VI assumisse a seguinte posição: "Fazer-se plenamente Brasileiro; deixar de olhar da América para Portugal com olhos saudosos, ou de avançar e retrogradar, para o caminho antigo". Hipólito da Costa novamente contestava-o, afirmando que o rei não precisaria abandonar Portugal para tornar-se "brasileiro" e fazer do Reino do Brasil o centro de uma nação com territórios que se estendessem por vários pontos do planeta. Haveria, para Hipólito, vantagens recíprocas entre os dois reinos portugueses (o europeu e o americano) em manter esta união.

A polêmica é longa e repleta de nuances e também de convergências entre os dois personagens – fugiria aos objetivos deste trabalho alongar-se nela. Entretanto, vale ainda assinalar, em termos de síntese, outros pontos importantes. O abade De Pradt defendia que o Rei de Portugal, transformando-se em Rei do Brasil somente, deveria apoiar a Revolução Americana, isto é, as independências da América espanhola, desvinculando-se, assim, de seu território e compromissos europeus e eliminando um fator de risco que parecia ao abade possível de ocorrer: o ataque da Espanha e das potências europeias ao território de Portugal ibérico. E citava como exemplos a rebelião nas províncias do Norte brasileiro naquele ano de 1817, além da conspiração abortada em Lisboa, como indicadores do perigo de desagregação do império português. Para De Pradt, enfim, se o monarca lusitano adotasse tais medidas, se posicionaria "no meio de um mundo absolutamente novo".

O redator do *Correio Braziliense* novamente contesta o pensador francês, afirmando que o Brasil, com a vinda da Corte e sua elevação a Reino, já se tornara "um Governo Independente", não precisando, para isso, separar-se de Portugal. Ou seja, entende-se aqui independência não como separação definitiva ou ruptura de laços, mas como autonomia entre os reinos portugueses, com ênfase para o Reino do Brasil como centro desta monarquia abrangendo vários continentes.

No mesmo jornal vêm citados outros debates, ocorridos na Inglaterra, através da imprensa e do Parlamento, que apontavam para o mesmo cenário, isto é, a desagregação da nação portuguesa e a possível opção do monarca em ficar no Brasil, já que, mesmo após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte em 1815, a Corte lusa permanecia no Rio de Janeiro, sem previsão de retorno. Havia, pois, na década de 1810, um debate que ocupava, também, os papéis impressos, livros e jornais, sobre a possível separação do Brasil, ou de partes da América portuguesa, do Reino de Portugal. E as posições de independência, no sentido de rompimento de laços, como as do abade De Pradt, eram não só bem conhecidas, mas formuladas e recebidas

de maneiras diversas no mundo ibero-americano.

Em 1820 o redator do *Correio Braziliense* retomaria a crítica às ideias de De Pradt, conservando a mesma posição²⁹. O abade francês manteria a perspectiva de uma inevitável separação entre Brasil e Portugal e, no reforço do argumento da crise irreversível dos impérios ibéricos, aproveitava-se do movimento liberal que eclodira na Espanha no início do ano para reiterar sua teoria da independência. Tratando especificamente de Portugal, De Pradt afirmava:

El Rey está ausente, e deixou de ser Portuguez para ser Brasileiro. Já não pôde voltar á Europa, sob pena de perder o Brazil. Conseqüentemente Portugal está já para sempre abandonado por seu Soberano; e, como tal, condemnado a soffrer uma regencia eterna.

Hipólito da Costa, em seus comentários, afirmava que a Independência do Brasil de Portugal era conversa de "políticos de botequim". Mas em se tratando do abade De Pradt, Costa fez ressalvas, arrolando-o entre os "homens de reputação cujo dictame he de considerável pezo no mundo político". O redator do periódico, apesar dessa consideração, refutava os argumentos do abade citados acima e desenvolvia o que chamou de suas próprias hipóteses, que sintetizadas do seguinte modo:

A razão porque assim recomendamos a Política Americana, reside El Rey aonde residir, he porque julgamos que não se devem considerar Portugal e Brazil como dous Estados separados, mas como partes da mesma Monarchia; [...].

- Às vésperas da Independência: de exemplo perigoso a promissor.

É instigante, portanto, perceber o desacordo entre parcela de homens de letras e da política "brasileiros" e o abade francês, durante duas décadas, sobre a Independência do Brasil de Portugal; aqueles contrários, procurando evitá-la, e este se mostrando favorável e com certeza inabalável em seu advento. A utilização dos postulados do abade De Pradt foi recorrente na imprensa periódica no Brasil do período³⁰, ainda que contestada, ou então apontada como exemplo de um possível perigo - o que comprova, entre outros aspectos, que já havia uma discussão sobre a separação entre Brasil e Portugal desde os primeiros anos de 1800, inclusive pela imprensa.

No livro sobre as mutações da Europa e das Américas em 1822 e 1823, De Pradt abordava a Independência brasileira como uma das últimas novidades do momento, ressaltando a confirmação de suas próprias hipóteses. A singularidade do que ele chamava de "revolução" no Brasil não escapava à sua observação. Ele a compreendia como gerada por um encadeamento de causas: consequência da formação de sociedade mais complexa provocada pela chegada da Corte portuguesa em 1808 e concluída pela volta do rei a Portugal em 1821. A questão, para ele, apresentava-se de início como uma espécie de disputa entre dois reinos portugueses, o ibérico e o americano, para saber qual dos dois de fato era a metrópole. A Independência do Brasil, ainda segundo De Pradt, era consequência necessária das condições da sociedade gerada no território e, também, do jogo geopolítico: considerava que o movimento das independências da América espanhola foi decisivo para o Brasil³¹. A Independência do Brasil, efetivada menos de dois anos após o retorno do rei para Portugal era, além do mais, um triunfo teórico do abade de Pradt, que desde 1801 traçara um cenário bem semelhante

30
Para análises destas apropriações das ideias do abade De Pradt nos papéis periódicos em torno da Independência, ver os já citados trabalhos de: PIMENTA, João Paulo Garrido. *De Raynal a De Pradt...* Op. Cit.; SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro...* Op. Cit.; e MOREL, *Independência no papel: a imprensa periódica*. In: István JANCÓS. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005 (b), p. 617-626. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/ceo-nupehc/arquivos/2015/01/artigo_marco_morel.pdf> Acesso em: 21 set. 2015.

MAY, Luis Augusto. *A Malagueta*, 1822-1824, Edição Fac-Similar de Jornais Antigos, dir. Rubens Borba de Moraes, Introdução de Hélio Vianna, Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 21 set. 2015. Nº 28, 25\05\1822.

Sobre o tema, v. NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003; SOUZA, Iara Lis C. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo (1780 - 1831), São Paulo: UNESP, 1999. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/up000005.pdf>> Acesso em: 21 set. 2015; e SILVA, Ana Rosa Coclet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750 - 1832). São Paulo: FAPESP / Hucitec, 2006.

LEDO, Joaquim Gonçalves Et BARBOSA, Januário da Cunha. *Reverbero Constitucional Fluminense 1821 - 1822*. Edição fac-similar em 3 vols., com organização de Marcello e Cybelle Ipanema. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: 2005. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 21 set. 2015. Nº 8, 1/1/1822.

para a América portuguesa.

No raiar de 1822, com a mudança de conjuntura política e o crescimento das tensões e conflitos entre os ainda reinos unidos de Portugal e do Brasil, a percepção sobre os escritos de De Pradt começou a mudar, embora se mantendo no terreno cauteloso das incertezas. Nas páginas de *A Malagueta*, redigidas por Luis Augusto May, expressava-se a ambivalência entre um exemplo promissor e um perigo a ser evitado: "Eu não estou de todo de acordo com aquela Sentença de Mr. De Pradt que diz que os Negocios da America se fação na America e os da Europa na Europa"³². Ou seja, a frase citada indica que o periodista mantinha a distinção entre autonomia e Independência, da mesma maneira que o *Correio Braziliense*³³. A "sentença" (como diz May) do abade De Pradt foi, segundo o já citado testemunho de Armitage, bordão repetido no contexto que antecedeu a Independência:

Foi ele [abade De Pradt] o primeiro que emitiu este célebre princípio: 'Limitem-se as vistas da Europa à mesma Europa, e as da América à América; e tudo irá bem!'

Os dois testemunhos concordam quanto ao sentido da frase, com variações na forma, o que reforça a perspectiva de transmissão pela oralidade. Note-se que, em fins de maio de 1822, Luís Augusto May (que posteriormente se auto identificaria e seria identificado como um dos precursores da Independência) ainda vacilava, ambíguo, quanto a separação definitiva entre Brasil e Portugal, selada oficialmente menos de cinco meses depois, na Aclamação do Imperador no Rio de Janeiro.

O *Reverbero Constitucional Fluminense*, redigido por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, em janeiro de 1822, preservava a tradicional posição contra a separação com Portugal. O próprio texto do periódico é esclarecedor:

[...] quando pelo sacrifício dos nossos bem limitados talentos procuramos o bem geral da Nação, declarando que elle só pode resultar da perfeita e bem consolidada reunião dos dous Hemispherios Portuguezes, em santa confraternidade, em reciprocidade de verdadeiros interesses, que não prejudiquem os Cidadãos de hum e de outro Mundo; [...] A liberdade que a Nação proclamou anima o amor da Pátria, o amor da Pátria não póde separar-se do amor da Nação, o que dizemos em favor do Brasil redundando em beneficio de Portugal;³⁴.

Na passagem acima não há ambiguidade, mas defesa clara da união entre os reinos de Brasil e Portugal, permeada pelo temor de que tal ligação fosse colocada em risco pela ausência de reciprocidade. Entretanto, uma semana depois, o *Reverbero Constitucional Fluminense* publicou correspondência assinada com pseudônimo ("O Sacristão de Tambi ao Estudante Constitucional do Rio") em que se transcreveu em português, à guisa de advertência para mostrar que os receios de desunião não eram infundados e sem referência de bibliografia como era comum, longa citação do "grande e Antigo Arcebispo de Malines", isto é, o abade De Pradt. Eis um trecho:

O Rei abriu todos os Portos aos Pavilhões de todas as Nações, que deverá resultar? A independência absoluta deste paiz, a sua separação de Portugal pela impossibilidade de o fazerem retrogradar do Commercio de todo o mundo, para o tornar exclusivo de Portugal. Também se o Soberano estabelecido no Brasil reverter para a Europa, deixará apoz de si a independencia estabelecida nos Escriptorios do Rio de Janeiro³⁵.

Ainda aqui De Pradt era tomado como exemplo de formulador da hi-

pótese de que, com a vinda da Corte para o Brasil em 1808, estaria aberto um caminho irreversível que desaguardaria na Independência, entendida como fim da união com Portugal. E mesmo em início de 1822, este jornal, redigido no Rio de Janeiro, não assumia as projeções do abade De Pradt, mas diante do novo cenário que se desenhava, parecia apontar para o *risco* de que elas se efetivassem.

Para ficarmos em janeiro de 1822, vemos que a *Gazeta do Rio* parecia estar num tom mais alto que o *Reverbero* no tocante à mesma questão ao publicar texto com o seguinte teor:

Era impossível pois, Real Senhor, que os Brasileiros de hoje, herdeiros dos nobres sentimentos, e valor de seus antepassados, e illustrados pelas luzes do século, não viessem possuídos do amor, gloria e cada vez mais inflamados no desejo de ver livre, independente o seu Paiz Natal; era impossível que, depois de tão lisongueiras esperanças de huma melhor sorte, elles não tremessem agora de horror, e indignação, prevendo desde já o medonho futuro, que os ameaça, se se realizarem os planos de escravidão que lhe preparo os Portuguezes da Europa³⁶.

36

IMPRESSÃO RÉGIA. *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808 - 1822. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 21 set. 2015. Suplemento ao n.º 14, 31/1/1822.

A linha política do *Reverbero* e da *Gazeta* (e também do *Correio Braziliense*) era afinada neste momento à defesa da união entre Brasil e Portugal; à conceituação da independência como instância de autonomia e de liberdade (constitucional e comercial), não de separação; e ao temor de que a perda total ou parcial destas prerrogativas levasse à quebra dos laços. Entretanto, a linguagem do texto publicado na *Gazeta* parece-nos mais contundente que a do *Reverbero*. Numa leitura mais detalhada dessa constelação de periódicos luso-brasileiros, que parte da historiografia aponta como precursora da Independência brasileira, se depreende que a defesa e a pregação da independência (separação de Portugal) tardaram a entrar no espaço impresso destes jornais. Não é possível falar de uma atuação prévia da imprensa em prol da Independência brasileira. A Independência custou não só a acontecer, mas a entrar no papel³⁷.

37

Para a crítica historiográfica sobre a imprensa "precursora" da Independência v. JANCSÓ I. & SLEMIAN, A, Um caso de patriotismo imperial, em Alberto Dines (org.). Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense, vol. XXX, t. 1, Estudos. São Paulo / Brasília: Correio Braziliense / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p.616-624. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/alm290720032.htm>> Acesso em: 21 set. 2015; e MOREL, Marco. *Independência no papel...* Op. Cit.

Foi justamente no *Reverbero Constitucional Fluminense* que surgiram várias citações dos escritos do abade De Pradt. Paulatinamente, a partir de junho de 1822, os redatores do periódico diminuíram as reservas e aderiram aos argumentos do publicista francês. Chegaram mesmo a anunciar a tradução de duas obras deste autor, a saber: a já citada publicação sobre a Europa e as Américas em 1822 e 1823 e o também citado livro sobre colônias e revolução, de 1817, das quais, na verdade, foram traduzidos um trecho de cada³⁸.

38

Cf. LEDO, Joaquim Gonçalves & BARBOSA, Januário da Cunha. *Reverbero Constitucional Fluminense...* Op. Cit. Números 11 (22/01/1822); 13 (05 / 02/1822); 17 (05/03/1822), 5 (25/06/1822).

É curioso ver que tais traduções o foram na polissemia do termo (transpor, revelar, explicar...), sobretudo quanto à escolha das partes a serem divulgadas. Os dois trechos trasladados para o português discutem questões gerais e amplas sobre monopólio comercial e a relação colônias e metrópoles. As partes mais diretas e contundentes no tocante à separação entre Brasil e Portugal não foram sequer mencionadas, do mesmo modo que os prognósticos sobre o fim da escravidão. A posição dos redatores, naquele momento, era tentar salvar a união Brasil e Portugal, reproduzindo, para isso, as críticas genéricas do abade francês sobre as restrições monopolistas e sobre o risco de, mantidas relações desiguais entre os dois reinos, ocorrer a ruptura dos laços. Ou seja, as hipóteses de De Pradt eram tratadas como alerta contra um perigo iminente, não como exemplo a ser seguido.

Com a aceleração da crise no segundo semestre de 1822 e às vésperas da oficialização da Independência, entre fins de setembro e meados de

outubro, o *Reverbero* passou a usar aberta e positivamente o exemplo independentista do abade De Pradt, colocando-o entre os patronos e precursores da Independência brasileira. Surgem diversas menções neste sentido³⁹. Ao criticarem as ameaças de Portugal à separação do Brasil, os redatores do periódico afirmaram:

39

Outras citações em periódicos brasileiros favoráveis às ideias de Independência do abade de Pradt estão em PIMENTA, João Paulo Garrido. *De Raynal a De Pradt...* Op. Cit.; e SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro...* Op. Cit., p. 133-137.

Mas bravatee muito embora, porque sempre lhe diremos, senão com a intrepidez dos Illustres Barata e Vergueiro, ao menos com as palavras do Sabio Arcebispo de Malines: - o espirito de Independencia he inato nas Colonias; chegando o período de sua virilidade não ha forças que empeção o seu necessario desenvolvimento -. Esta maxima politica he incontrastavel [...]⁴⁰.

40

LEDO, Joaquim Gonçalves Et BARBOSA, Januário da Cunha. *Reverbero Constitucional Fluminense...* Op. Cit., n. 18, de 24 \ 09 \ 1822.

Entre os que considerava intrépidos na luta pela Independência, o jornal também citava, no calor dos acontecimentos, ao lado de De Pradt, os nomes de Cipriano Barata e Nicolau Vergueiro, sobretudo pela atuação destes nas Cortes de Lisboa⁴¹. O nome de De Pradt, assim, circulava nos espaços públicos de discussão, inclusive pela imprensa, ao lado dos protagonistas brasileiros que preparavam politicamente a separação do Brasil de Portugal. O abade De Pradt aparece, então, como um dos patronos da Independência brasileira. Posição que, segundo o testemunho citado de Armitage, já estava consolidada nas conversas, reuniões e escritos não impressos ou não periódicos, mas que apareceu mais discretamente (e de forma gradativa, acrescento) nos jornais.

41

Os discursos de Cipriano Barata nas Cortes de Lisboa estão transcritos em *Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821 - 1835)*. Anote-se que Cipriano Barata teve sua presença e dimensão nas lutas de Independência e consolidação nacional esmaecidas em termos de memória e, mesmo, de historiografia.

Simultaneamente ao reconhecimento tardio, mas efetivo e entusiasmado do papel desempenhado pelas concepções do abade francês, os redatores do *Reverbero* bradavam, dezoito dias antes da Aclamação de d. Pedro como imperador: "- Independencia ou Morte - é também o grito das Provincias colligadas do Brasil."

- É melhor esquecer: o abade De Pradt após a Independência

Hoje podemos saber que, dois anos depois de sua última citação (e contestação) das ideias do abade De Pradt, Hipólito da Costa, do *Correio Braziliense*, passaria a aceitar (a contragosto) e até defender a separação entre Portugal e Brasil, fazendo sua opção por este, mas sem voltar a citar, em seu periódico, o nome do publicista francês. As projeções do abade sobre a separação entre Portugal e Brasil (concebidas pelo menos desde 1801 - talvez antes - e acentuadas em 1817) acabaram concretizando-se, mesmo não acarretando a consequente abolição da escravidão, que ele igualmente previra. Embora, neste caso, tenham ajudado a formular a atitude de repúdio ou ocultação diante da Revolução do Haiti (1791 - 1804), em boa medida assumida e reiterada por setores das elites brasileiras⁴².

42

MOREL, Marco. *O abade Grégoire...* Op. Cit.

A atitude de Hipólito quanto aos postulados de De Pradt não foi isolada. Ocorreria a partir dali, entre os protagonistas do lado brasileiro, um suave esquecimento da pregação precursora do abade francês em relação à Independência, assim como, ao mesmo tempo, um desvio do reconhecimento da marca do seu pensamento que passa, predominantemente, a ser citado e lembrado, após a Independência brasileira, como exemplo defensor do constitucionalismo e das modernas liberdades, contra a tirania e o despotismo. Ou então - ainda - contestado diretamente.

No campo dos que defendiam o liberalismo constitucional com enfraquecimento do Poder Executivo, como apregoado por De Pradt, temos, por exemplo, o baiano Cipriano Barata que, em 1823, ao criticar a tendência

43
BARATA, Cipriano. *Análise do Decreto de 1o. de Dezembro de 1822 sobre a criação da Nova Ordem do Cruzeiro...* 1822, In: MOREL, Marco (org). *Sentinela da Liberdade e outros escritos* (1821 – 1835). São Paulo: EDUSP, 2008. p. 156.

44
MENDES, Odorico. *Argos da Lei* (1825), de Odorico Mendes, edição fac-similar. São Luis: SIOGE, 1980, org. de Jomar Moraes. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 21 set. 2015. Números 13 (18 \ 02 \ 1825) e 40 (31 \ 05 \ 1825).

45
CAIRÚ, Barão de [José da Silva Lisboa]. *Contestação da historia e censura de Mr. de Pradt sobre successos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1825. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>> Acesso em: 21 set. 2015.

46
Ibidem, p. 1.

47
CAIRÚ, Visconde de [José da Silva Lisboa]. *Loc. Cit.*

48
Ibidem, p. 3.

49

autoritária do governo de D. Pedro I, após sua aclamação como imperador (e antes de o Brasil ter uma Constituição), afirmava ser imprescindível para a nova nação seguir a trilha do constitucionalismo. E para legitimar sua asserção: "Esta é a resolução dos Povos e das Províncias. Bom seria que os Ministros lessem as obras de Mr. De Pradt"⁴³.

O periódico maranhense *Argos da Lei*, redigido em 1825 por Odorico Mendes, transcreveu trecho de um artigo do abade francês, sem referência, sobre o conceito de legitimidade. Inicialmente o redator desenvolve tais ideias aplicando-as ao caso brasileiro, sem indicação alguma de autor. Três meses depois, em outro número do jornal, o mesmo Odorico Mendes faz a tradução de um "artigo de M. de Pradt" sobre legitimidade, explicando tratar-se de continuação da citação anterior e encampando tais ideias que, naquele momento, representavam uma crítica ao legitimismo tradicionalista das monarquias europeias que defendiam a restauração de prerrogativas do Antigo Regime⁴⁴.

Tanto na referência de Cipriano Barata quanto na de Odorico Mendes, apesar dos elogios às concepções e à figura do abade e barão, não se mencionam suas ideias precedentes sobre Independência. No mesmo ano de 1825, José da Silva Lisboa, na época barão de Cairú, redigiu um folheto (com linha política oposta às duas publicações citadas acima) destinado exclusivamente a contestar o publicista francês, mais especificamente seu trabalho sobre a Europa e as Américas de 1824, citado anteriormente⁴⁵.

Silva Lisboa, integrante da geração luso brasileira de 1790, mantinha em relação aos postulados do abade De Pradt a mesma ambiguidade dos tempos anteriores à Independência, marcada por críticas contundentes e um certo reconhecimento da pertinência e relevo das posições do autor francês. Mas, agora, tratava-se do contexto pós-Independência e os ataques de Silva Lisboa eram ainda mais duros contra as posições do abade em relação aos caminhos da nação que se construía.

Ha obras litterarias de tão intolerável malignidade, coroada com falsa liberdade, que, em si nada valendo, adquirem importância pelo lugar em que se divulgão, e pelo maléfico influxo à que se destinão, de excitar paixões, e facções populares, desacreditando os Governos Legítimos.⁴⁶

Em seguida, Cairú define o cerne de sua *contestação e censura* nos seguintes termos:

[a obra de De Pradt é de] pessima tendencia, pela incendiaria intimação do Liberalismo Democrático, e he com especialidade pelo machiavelico artifício, com que se narrão os successos do Brasil da Nova Ordem estabelecida, desluzindo o character do nosso Augusto Imperador.⁴⁷

Ou seja, para Silva Lisboa tratava-se não mais de discutir a Independência (que fora igualmente combatida por ele até o segundo semestre de 1822), mas os rumos que a nação independente deveria seguir. Não era mais a união com Portugal que estava em jogo, mas, sim, a defesa da nova ordem estabelecida, para usar as palavras de Cairú. A mesma "Ordem do Cruzeiro" (não apenas a comenda honorífica) criticada por Cipriano Barata, passava a ser defendida por Cairú.

O momento político de publicação deste folheto era tenso. A Confederação do Equador (1824) acabara de ser derrotada pelas tropas imperiais e estava em curso a repressão, violenta, sobre os que contestavam o perfil

centralizador e despótico do Império, marcado em seu começo pela dissolução da Assembleia Constituinte (1823) através da força das armas.

O abade De Pradt alinhava-se (pelo menos após seu rompimento pessoal com Napoleão Bonaparte) na tendência do liberalismo, fosse monárquico constitucional ou republicano, que pregava a diminuição da força do Poder Executivo e o fortalecimento das instâncias de representação no Parlamento e pela liberdade de imprensa, expressas na defesa da soberania nacional, realizando um maior equilíbrio entre os Poderes. Aí, na definição de qual seria a vertente do liberalismo constitucional, estava um dos desafios essenciais da construção nacional no Brasil.

Neste sentido, Cairú procurava desconstruir os fundamentos da teoria da independência:

Mr. de Pradt se refuta por si mesmo: ora diz que o Imperador foi o Auctor da Revolução, ora diz que seu Pai foi quem a levou ao Brazil, ora diz que ella foi a consequencia da silenciosa revolução, preexistente e resultante das luzes e da Sociedade.⁴⁸

Mesmo assim, o impacto ainda recente das pregações do abade De Pradt não poderia ser ignorado. Silva Lisboa justificava a escrita do folheto "em razão do crédito do dito Escripitor no Brasil"⁴⁹. Após colocar o abade no mesmo rol de Voltaire, Rousseau e Volney, criticando a todos, Cairú escreve sobre De Pradt: "Este escriptor he benemerito e respeitavel, enquanto advoga a Causa da Humanidade contra a Tyrannia, e se tem mostrado intrepido Campeão da Independencia Americana contra a oppressão das Metropoles".⁴⁹

Em seguida, o futuro visconde de Cairú julga os escritos de De Pradt como "indignos de atenção" no que se refere à política de d. Pedro I e à definição do Estado e da ordem nacional brasileira. Escritor ao mesmo tempo indigno e respeitável, benemérito e maligno! Não é fácil amarrar as pontas da análise de Silva Lisboa sobre De Pradt. Anote-se o epíteto: "Campeão da Independência Americana, em geral, não da brasileira em particular".

Vemos, assim, que alguns dos protagonistas que criticavam as proposições do abade De Pradt anteriores à Independência brasileira, após a realização desta, continuaram a criticá-las diante dos novos contextos e questões (ou a silenciar sobre elas e ressaltar a defesa do constitucionalismo liberal). Confirmavam, assim, a asserção de que modernidade e independência não estavam automaticamente ligadas⁵⁰.

Foi irreversível a defasagem cronológica e política entre as elites luso-brasileiras atuantes nas primeiras décadas do século XIX e os postulados do abade De Pradt, fator que certamente contribuiu para que o publicista francês não merecesse um lugar no simbólico panteão dos precursores da pátria brasileira que se construía. Glorificá-lo, seria trazer à tona contradições e metamorfoses dos que apareceriam como fundadores do Império brasileiro. O título do folheto de Silva Lisboa – *Contestação da história e censura de Mr Pradt ...* – torna-se sugestivo. E é possível que tal silêncio paulatino, embora não absoluto, tenha repercutido, ainda que involuntariamente, na escolha ou na ausência de temas e personagens pela historiografia nacional.

Além de preservar a boa imagem dos precursores brasileiros da Independência que só a apoiaram tardiamente, digamos, 20 anos depois do abade De Pradt, a postura de ocultação deste personagem tinha outro endereço mais exato: a efetivação da figura de D. Pedro I como proclamador e pai da pátria. Em trecho citado acima, José da Silva Lisboa é explícito ao dizer que a valorização dos escritos deste abade francês acabaria "desluzindo o caracter

Ibidem, p. 1.

50
GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapfre: 1992.

do nosso Augusto Imperador". Ou seja, deixar o notório profeta à sombra, para iluminar o príncipe apresentado como fundador do país.

No conhecido texto sobre a escravidão redigido para a Assembleia Constituinte de 1823, mas impresso, também, em 1825, José Bonifácio chama De Pradt de "profundo político, e profeta d'América"⁵¹. Bonifácio, que a partir de 1831, seria tratado de Patriarca da Independência, reconheceu, mais uma vez, a importância e repercussão da obra do abade francês, mas para a América em geral, não especificamente para o Brasil.

Curiosa trajetória a dos postulados do abade De Pradt na América portuguesa e no Brasil independente: sempre conhecidos e reconhecidos. Mas ao longo de duas décadas recusados; durante curto e decisivo período da oficialização inicial da Independência, enaltecidos; e, a partir daí, colocados numa esfera de predominante esquecimento que se reproduziria na historiografia por quase dois séculos.

Os (des)caminhos das repercussões de ideias como as do abade De Pradt levam a indagações sobre as matrizes culturais e políticas e às explicações históricas sobre as independências nas Américas espanhola⁵² e portuguesa, ou mais particularmente sobre esta. A decalagem e os confrontos entre o autor francês e o público letrado do mundo luso-brasileiro são sugestivos. As leituras e interpretações poderiam ser polissêmicas, de acordo com cada personagem ou momento. Não havia, necessariamente, um caminho de tipo linear e evolutivo, que vinculava as *Luzes* das *novas ideias* europeias, particularmente as francesas, ao estímulo das independências. Primeiro, porque essas duas expressões, *Luzes* e *novas ideias*, são em geral utilizadas de maneira imprecisa e abrigam, em seu bojo, autores, postulados, tendências e ideias bastante diferenciadas entre si, desde as várias vertentes da Ilustração setecentista, passando pelas diferentes fases e modelos da Revolução Francesa e pelos liberais das primeiras décadas do Oitocentos.

E mesmo se aceitássemos uma coesão monolítica de tais referências, para que tal linha seguisse seu curso, seria preciso levar em conta as mediações de cada contexto. Entre as *Luzes* francesas e a Independência do Brasil, existia a mediação da Restauração monárquica e de outras experiências históricas contemporâneas, como os processos de independência na América espanhola, o federalismo norte-americano, a Revolução do Haiti – dentre os mais evidentes.

Aquela aceitação implicaria, também, acreditar que os grupos politicamente mobilizados (com diferentes graus de letramento⁵³) nos espaços públicos do mundo luso-americano fossem igualmente homogêneos e coerentes entre si e que recebessem tais postulados de maneira uniforme, transformando de modo mais ou menos repentino a percepção da realidade em que viviam e passando à disposição de agir para transformá-la, o que nos parece uma supervalorização do desempenho que a leitura possa ter sobre os agentes históricos. A dicotomia *influência* e *influenciados* é estreita para dar conta da complexidade multifacetada do tema, na medida em que implica considerar conteúdos imutáveis que seriam enviados e recebidos por agentes históricos plenamente coerentes e, também, inalteráveis. Fica, pois, o questionamento sobre a relação, às vezes concebida de forma unívoca e quase imediata (isto é, sem mediações) entre *luzes francesas*, elites nativas e independências.

51

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravidão*. Paris: Didot Frères, 1825. p. 23. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

52

PIMENTA, João Paulo Garrido. *De Raynal a De Pradt...* Op. Cit.; e PIMENTA, João Paulo Garrido. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2015.

53

Sobre possíveis interações das palavras faladas, manuscritas e impressas no Brasil dos anos 1820-30, potencializando o alargamento das discussões políticas e públicas, v. MOREL, Marco. *Palavras além das letras...* Op. Cit.

Referências Bibliográficas

Fontes

- ARMITAGE, John. História do Brasil. 3ª ed. Org. de Eugênio Egas e Garcia Jr. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965 {1836}.
- BARATA, Cipriano. Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835), org. de Marco Morel, São Paulo: EDUSP, 2008.
- CAIRÚ, Barão de [José da Silva Lisboa]. Contestação da historia e censura de Mr. de Pradt sobre successos do Brasil. Rio de Janeiro: Na Typ. Nacional, 1825.
- COSTA, Hipólito da. Correio Braziliense ou Armazém Litterario, Londres: L. Thompson, 1808 - 1822, edição fac-similar em 31 volumes, org. Alberto Dines, Brasília /São Paulo: Correio Braziliense / Imprensa Oficial, 2002.
- D'AVALON, Cousin. Pradtiana ou Recueil des pensées, réflexions et opinions politiques de M. L'Abbé de Pradt. Paris : Pierre Plancher, 1820.
- ENCYCLOPÉDIE ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers [1751-1772]. Ed. integral. Marsanne: Édition Redom, s. d. CD-ROM.
- Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808 - 1822.
- LEDO, Joaquim Gonçalves; BARBOSA, Januário da Cunha. Reverbero Constitucional Fluminense 1821 - 1822, edição fac-similar em 3 vols., com organização de Marcello e Cybelle Ipanema, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: 2005.
- MAY, Luis Augusto. A Malagueta, 1822-1824. Edição Fac-Similar de Jornais Antigos, dir. Rubens Borba de Moraes, Introdução de Hélio Vianna, Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.
- MENDES, Odorico. Argos da Lei (1825). Edição fac-similar, São Luis: SIOGE, 1980, org. de Jomar Moraes.
- PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. Les Trois Ages des Colonies ou de leur état passé, présent et à venir , 2 t., Paris: Giguet, 1801 - 1802 ; t. 3, 1802.
- _____. Des Colonies ou de la révolution actuelle en Amérique, 2 t., Paris: Bechet \ Egron, 1817.
- _____. Les six derniers mois de l'Amérique et du Brésil faisant suite aux ouvrages du même auteur sur les colonies, Paris: F. Béchét, 1818.
- _____. L'Europe et l'Amérique en 1822 et 1823, 2 t., Paris: Bechet, 1824.
- RAYNAL, T. Guillaume. O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil. Rio de Janeiro/Brasília, Arquivo Nacional/UNB, 1998.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura.

Paris: Didot Frères, 1825.

VOLNEY, Constantin-François Chassebeuf de. Les Ruines ou Méditation sur les Révolutions des Empires / La Loi Naturelle. Paris: Desenne, 1791.

Bibliografia

AGUIRRE ELORRIAGA, M. El Abate de Pradt en la emancipacion hispanoamericana, (1800-1830). Caracas: Universidad Catolica Andres Bello, Instituto de Investigaciones Historicas, 1983.

BÉNOT, Yves e DORIGNY, Marcel (dir.), Grégoire et la cause des Noirs (1789 - 1831) combats et projets. Saint Denis \ Paris: Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, 2000.

DIAS, J. S da Silva. Os primórdios da Maçonaria em Portugal. 2a. ed., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

GUERRA, François-Xavier. Modernidad e Independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Mapfre: 1992.

JANCSÓ, István; SLEMIAN, Andréa. Um caso de patriotismo imperial. In: Alberto Dines (org.), Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense, vol. XXX, t. 1, Estudos. São Paulo / Brasília: Correio Braziliense / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p.616-624.

LYRA, Maria de Lourdes V. A utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798 - 1822, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MAXWELL, K., A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750 - 1808, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial do Rio de Janeiro (1820 - 1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX. Almanack Braziliense. São Paulo, n. 2, novembro de 2005.

_____. Independência no papel: a imprensa periódica. In: István JANCSÓ. (Org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005, p. 617-626.

_____. Palavras além das letras. Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. Acervo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.25, p.63 - 80, 2010.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan /FAPERJ, 2003.

PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. Almanack Braziliense. São Paulo, n. 11, 2010.

_____. A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2015.

RODRIGUES, José H., Independência: Revolução e Contra-Revolução, Evolução Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. Vol. 1.

- SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SEPINEWALL, Alyssa G., L'abbé Grégoire et la Révolution Française. Les origines de l'universalisme moderne, Bécherel: Les Perséides, 2008.
- SILVA, Ana Rosa Coclet da. Inventando a nação. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750 - 1832), São Paulo: FAPESP \ Hucitec, 2006.
- SOUZA, Iara Lis C., Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780 - 1831), São Paulo: UNESP, 1999.